



*Juvenal Alves Domingos, L.da*

EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS \* ELECTRICIDADE GERAL



## ANEXO I – DECLARAÇÃO

*Luís Simões*  
*Alves*

1 — Maria Pureza Carvalho Simões, CC n.º 4479486 0 ZZ9, residente em Eiras Novas, Figueiró dos Vinhos e Alexandrina Maria Simões Domingos, CC n.º 09919198 9 ZW5, residente na Rua Fernando Simões Pires 1.º Esq. S/N, em Figueiró dos Vinhos, na qualidade de representantes legais da Juvenal Alves Domingos, Lda, NIPC 501777768, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários 12-14, Figueiró dos Vinhos, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Requalificação Urbana de Governos – Vinagres – 2.ª Fase (Ligação das Redes de Eletricidade e Telecomunicações às caixas de entrada das habitações)”** Proc. n.º 69/2020, e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo–quadro aplicável ao procedimento, declaram, sob compromisso de honra, se obrigam a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declaram também que executarão o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Declaração emitida conforme modelo constante no anexo II do CCP

3 — Declaram ainda que renunciam a foro especial e se submetem, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declaram, sob compromisso de honra, que não se encontram em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — Os declarantes tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



*Juvenal Alves Domingos, L.da*

EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS \* ELECTRICIDADE GERAL



7 — Os declarantes têm ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Figueiró dos Vinhos, 10 de Dezembro de 2020

**JUVENAL ALVES DOMINGOS, LDA.**

A Gerência,

*Alexandrina Domingos*  
*Luísa Guiza Benedito Lima*